



XIII ENCONTRO DE RECURSOS HÍDRICOS EM SERGIPE

MAPEAMENTO DO HIDROTERRITÓRIO DA CANA-DE-AÇÚCAR E CONFLITOS PELA/DA ÁGUA NO MUNICÍPIO DE JAPARATUBA - SE

José Vinícius Almeida ¹; Daniel Almeida da Silva ²

RESUMO: Esse estudo vai tratar dos rebatimentos sociais que envolvem os recursos hídricos deste município, além de mostrar a situação que se encontra os mesmos, os conflitos pelo o uso destes, e identificar e caracterizar o hidroterritório da cana-de-açúcar inserido no município. A metodologia utilizada partiu dos pressupostos teóricos da fisiologia da paisagem para tratar dos aspectos fisiográficos, e para um estudo territorial de conflitos devido ao uso e gestão da água aplicou-se o conceito de hidroterritório que se classificam em privados, livres e de luta. O hidroterritório caracterizado sofre influência do cultivo da cana-de-açúcar, causando problemas socioambientais e interferindo na quantidade e qualidade da água. Foram identificados conflitos envolvendo comunidades, e com relação a estes, vêm desfavorecendo as comunidades que necessitam do recurso hídrico para sua subsistência, e favorecendo os latifundiários e as usinas, que na maioria dos casos utiliza-se da água dos rios sem a outorga. O hidroterritório foi classificado como de luta, de acordo com os atores sociais que estão inseridos em cada conflito. Os usineiros são os principais responsáveis pelos impactos e conflitos na área estudada. Cabe aos órgãos públicos aplicarem uma gestão eficiente que acabe com esses conflitos baseado nas leis ambientais, punindo quem a descumpra.

Palavras-Chave – Hidroterritório, Cana-de-açúcar, Conflitos.

INTRODUÇÃO

Hidroterritório é um conceito relativamente novo na ciência geográfica. Ele é analisado através da categoria território, o qual alicerçado do elemento chave que é o recurso hídrico, vai formatar o espaço em que ele está inserido, de acordo com os usos e gestão. Características essenciais desse conceito é a disputa pelos estoques de água, e luta de classes envolvendo os sujeitos que buscam o acesso a mesma. No geral, Torres (2007), entende como hidroterritório:

Aqueles territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água, por exemplo, pela implantação de um canal, barragem ou açude entre outras obras hídricas. No aspecto de formação territorial, o hidroterritório pode assumir dimensões e delimitações múltiplas, a origem e trajetória da água é que vai demarcar seu tamanho e forma. (p. 14-15).

Esse estudo vai tratar dos rebatimentos sociais que envolvem os recursos hídricos deste município, além de mostrar a situação que se encontra os mesmos, os conflitos pelo o uso destes, e identificar e caracterizar o hidroterritório da cana-de-açúcar inserido no município de Japaratuba.

1) Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho, Itabaiana, SE, CEP: 49506-036, Email: j.vinicius.almeida@gmail.com (apresentador do trabalho);

2) Professor, Departamento de Geografia (DGEI), Universidade Federal De Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho, Itabaiana, SE, CEP: 49506-036, Email: danielalmeidaufs@gmail.com;



MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada nessa pesquisa partiu dos pressupostos teóricos da fisiologia da paisagem para tratar dos aspectos fisiográficos da área, a qual ressalta a ação antrópica como modificadora do meio. Para um estudo territorial de conflitos devido ao uso e gestão da água aplicou-se o conceito de hidroterritório que se classificam em privados, livres e de luta. Este último se caracteriza como resistente à mercantilização e não reconhece a água como mercadoria, travando assim uma luta de classe, denotados por questões de exploração econômicas e sociais. Além disso, foi feita busca de dados, leituras teóricas, trabalhos de campo e o uso do *software ArcGis 10.1*, licença acadêmica.

Foram feitas entrevistas e aplicações de questionários com os moradores do Assentamento Treze de Maio e da Comunidade Quilombola Patioba. As entrevistas e questionários teve a finalidade de conhecer melhor o modo de vida de ambas, um pouco da história, o que produzem, com que trabalham, qual sua relação com os recursos hídricos e principalmente de que forma esses sujeitos estão inseridos em certos conflitos pela/da água.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O hidroterritório caracterizado no município sofre influência do cultivo da cana-de-açúcar. Essa atividade, que vem sendo realizada no modelo do agronegócio, causando problemas socioambientais e interferindo na quantidade e qualidade da água. Além disso, a gestão da água está sendo ineficiente, causando conflitos em torno de seu acesso, onde sujeitos que necessitam da aquisição do recurso hídrico vêm sendo desfavorecidos graças à lógica do mercado.

Uma contrariedade ligada ao cultivo de cana-de-açúcar está na quantidade e qualidade dos recursos hídricos que essa atividade utiliza. No que se refere à quantidade, a monocultura da cana em rios inseridos no município e na bacia do Rio Japaratuba, seguindo o modelo do agronegócio para obter um maior lucro, utiliza-se do uso de irrigações, o que impacta negativamente no volume hídrico dos rios inseridos nessa bacia. Já no que diz respeito à qualidade, ela é afetada pelo uso excessivo de agrotóxicos, muitos destes dispersados por aviões bimotores, além da vinhaça que é gerada na produção do álcool e usada na fertirrigação da lavoura. Esses elementos citados degradam os corpos hídricos, que perdem sua qualidade interferindo na biota ali existente. Em entrevista, uma assentada deixa claro que: “O rio está pedindo socorro diante as inúmeras más práticas dos usineiros” (Entrevista concedida, Junho de 2019).

Ainda com relação à qualidade da água, a cana é plantada nas planícies aluviais, por ser um solo fértil para o plantio. O rio Japaratuba tem sua planície aluvial larga, o que favorece esta prática. Outro rio onde acontece essa prática é o Japaratuba-Mirim. (Figura 1). Essa plantação nas margens dos rios, sem respeitar a legislação ambiental, resulta na ocorrência de processos de erosão assoreando o leito desses rios, ambos inseridos na bacia hidrográfica do Rio Japaratuba.



Figura 1 – Cultivo de cana-de-açúcar nas margens do Rio Japaratuba-Mirim. Fonte: Trabalho de campo, 2019.

No tocante aos conflitos para o acesso a água existente neste hidroterritório, estes vem desfavorecendo comunidades que necessitam do recurso hídrico para sua subsistência, e favorecendo os latifundiários e as usinas, que na maioria dos casos utiliza-se da água dos rios sem a outorga de uso.

Um desses conflitos está no assentamento treze de maio, que está localizado no município de Japaratuba. A produção de alimentos no assentamento tem sofrido dificuldades, pois os camponeses são proibidos de utilizar a água do Rio Japaratuba, que passa por o assentamento, pelo fato de não possuírem a outorga de uso. Porém, a legislação tem sido parcial, e beneficia empresas que vem usando os rios da bacia, inclusive o Rio Japaratuba sem a outorga de uso.

Isso é afirmado nos estudos de Lima (2013), onde usinas caracterizadas em A, B, C, D, E, apenas a primeira e a última possuem outorga e o restante utilizam os recursos hídricos sem a concessão. A usina B retira água do Riacho Itabaiana que deságua no Rio Japaratuba, Já na C a água utilizada na irrigação água provém do Rio Lagartixo, e na D provém do Riacho Gravatá e do Rio Japaratuba, este último sendo o mesmo em que os camponeses do assentamento são proibidos de usar por não ter outorga de uso.

Fica claro como empresas e latifundiários são favorecidos em relação ao pequeno produtor. Enquanto os últimos são proibidos de usar água que passa por suas terras por não ter concessão de uso, empresas que são as principais responsáveis pelos problemas ambientais causados nos corpos hídricos utilizam sem outorga, uma vez em que a produção camponesa não afeta tanto o meio, pois são totalmente contrárias as ações do agronegócio.

Em entrevistas com moradores do assentamento, os mesmos deixaram claro que o uso de bombas pelas usinas para irrigação interfere na quantidade disponível de água para os assentados, além do intenso uso de agrotóxicos que afetam não só a qualidade do rio, mais sim dos moradores próximos. Relataram ainda em que períodos de grande uso de agrotóxico várias pessoas ficam doentes.

Os assentados mostraram serem sujeitos ativos, que lutam por seus direitos e resistem às ações do agronegócio. Diante das práticas citadas anteriormente, os assentados entraram e entram com várias ações junto ao ministério público e órgãos competentes, mas quase sempre sem resultado. Um resultado positivo foi que graças às ações deles que desde ano de 2016 que é proibido a pulverização com aviões na área, grande avanço para a melhoria da qualidade do rio e da vida dos assentados.

Outro conflito ligado a produção da cana-de-açúcar está inserido no Rio Japaratuba-Mirim. Foi noticiado em algumas redes sociais no mês de dezembro de 2018 um episódio em que uma empresa ligada ao cultivo da cana represou alguns trechos do Japaratuba-Mirim para bombear água

através de motores para a irrigação, enquanto moradores a jusante do rio ficaram sem água para subsistência, para dessedentação de animais e pequenas produções agrícolas.

Depois de toda a mobilização de moradores próximos, principalmente do Povoado Caieiro, que se uniram e retiraram o barramento, a Superintendência de Recursos Hídricos, Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e o Pelotão Ambiental da Polícia Militar lacraram nove bombas que estavam realizando a captação irregular de água.



Figura 2 – Moradores retirando o barramento. Fonte: G1 Sergipe, 2019.

Para entender melhor o conflito, foi confeccionado um croqui (Figura 3). O barramento irregular pelas usinas aconteceu em um trecho do rio com a finalidade de bombear água para irrigar o cultivo de cana-de-açúcar. O barramento fez com que a vazão a montante ficasse maior (interesse das usinas) enquanto a vazão a jusante (necessidade do povoado) menor, sem praticamente nada de água.

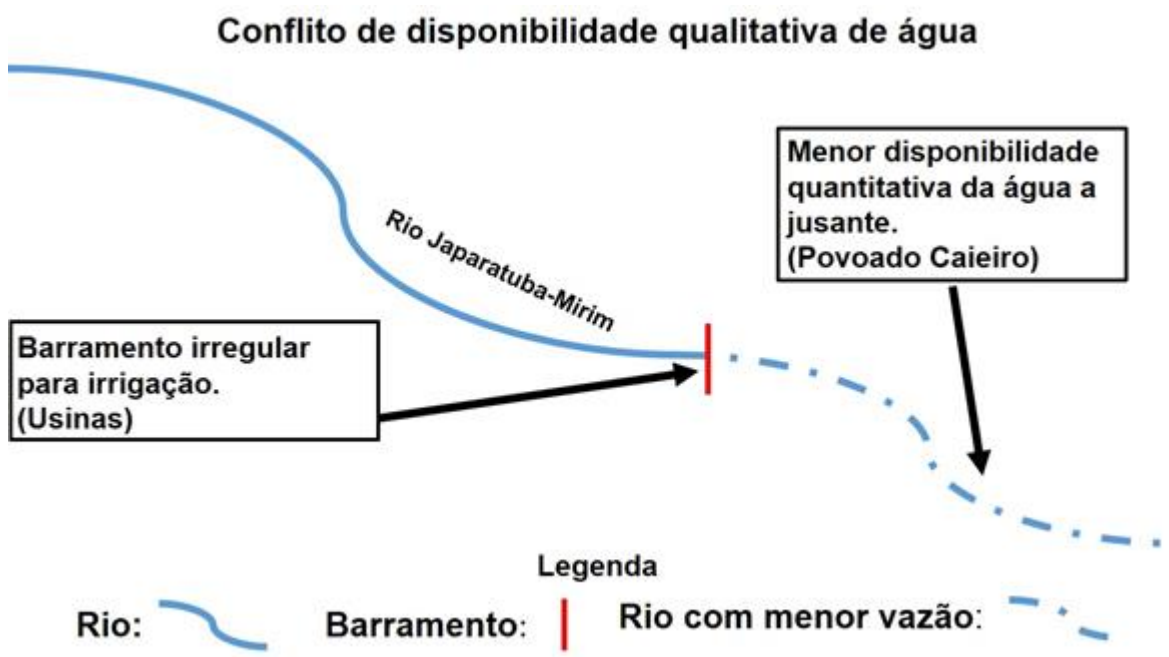


Figura 3 – Croqui mostrando o conflito que afeta o Povoado Caieiro – Japarutuba. Fonte: Autor, 2019.

Essa pouca vazão do rio não afeta apenas a captação de água pelos poços, como também a dessedentação de animais (gado principalmente), irrigação, e pesca. A irrigação utilizada por eles é



para apenas molhar o capim, e pequenos plantios para própria alimentação, então não é utilizado tipos de irrigação específica, necessitando apenas de uma mangueira.

O hidroterritório da cana-de-açúcar foi classificado como de luta, de acordo com os atores sociais que estão inseridos em cada conflito. Nos casos do assentamento que luta pelo acesso a água do Rio Japarutuba, para melhorar suas condições de produção, sendo que empresas tem acesso sem outorga, e dos pequenos proprietários que sofrem consequências devido ao represamento do Rio Japarutuba-Mirim, criando uma luta de classes que de um lado estão os empresários a fim de lucrar com o agronegócio e do outro moradores e pequenos produtores sofrendo sem o recurso, devido a essas práticas que tem como finalidade o lucro.

CONCLUSÕES

O município de Japarutuba e a bacia hidrográfica que ele está inserido vêm sofrendo com processos de degradação avançados, resultado de avanços históricos das atividades econômicas desenvolvidas no mesmo, principalmente o cultivo de cana-de-açúcar, configurando-se como um dos principais problemas dessa área.

Os usineiros, como são conhecidos pela população do município de Japarutuba, são os principais responsáveis pelos impactos e conflitos na área estudada. Os mesmos embasados no modelo do agronegócio estão dispostos a obter o lucro ao máximo sem se preocupar com o meio, como foi visto nessa pesquisa: violação das leis ambientais, não respeitando as áreas de preservação permanente, plantando no leito dos rios, além do uso constante de agrotóxicos, e privatização do recurso hídrico afetando pequenas comunidades.

Para que se tenha uma melhor gestão da bacia tanto dos recursos hídricos, como também da questão ambiental, é necessário mais voz para as comunidades. Ficou claro a luta destas contra as práticas insustentáveis como também o pouco resultado que tem a luta junto aos órgãos competentes. É preciso a fiscalização cada vez mais efetiva desses grupos, e que os órgãos municipais e estaduais se aliem a esses sujeitos para o bem comum.

Em relação aos conflitos, estes vêm acontecendo com frequência e sempre desfavorecendo pequenas comunidades e favorecendo o lucro de latifundiários e grandes empresas. Então, cabe aos órgãos públicos aplicarem uma gestão eficiente que acabe com esses conflitos baseado nas leis ambientais, punindo quem a descumpra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONTI, J.B. (2001). “*RESGATANDO A “FISIOLOGIA DA PAISAGEM”*”. REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (USP), N. 14, P.59-68.
- LIMA, J. F. S de (2013); *Influência do cultivo da cana-de-açúcar nas nascentes do alto e baixo Rio Japarutuba*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 122 p.
- RIBEIRO, W. C (2008); *Geografia política da água*, Annablume, São Paulo, 162 p.
- SEMARH (2015), *Relatório de resumo executivo: Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba*. Governo do Estado De Sergipe, Aracaju.
- TORRES, A.T.G (2007). *Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 121 p.